

"O Brasil, ao entrar nesse projeto, está fazendo algo completamente novo no mundo."

Andrew MacMillan, chefe da missão conjunta do Banco Mundial, do BID, e da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), que veio elaborar relatório sobre o projeto Fome Zero.

Credibilidade monetária e combate à miséria



MARCELO
CÔRTE
NERI

Quem tem fome, tem pressa, dizia Betinho. O combate à fome exige também persistência. Um bom exemplo de perseverança é a campanha Natal Sem Fome que celebra este ano seu 10º aniversário, apesar da morte prematura de seu idealizador. A continuidade das ações sociais é coisa não trivial num mundo de vidas e mandatos políticos finitos.

Uma pré-condição para obtenção de bons resultados sociais é a estabilidade macroeconômica. Caso contrário, o combate à miséria recai num contínuo enxugamento de gelo. Um passo nesta direção seria a manutenção de Armínio Fraga no posto. Ninguém é mais talhado para a presidência do BC, cujo principal atributo é conferir credibilidade à política monetária. Credibilidade é algo que se constrói ao longo do tempo. A perda de reputação, esta sim pode ser rápida.

Tomar emprestado a credibilidade de Armínio Fraga pode parecer oportunismo de Lula. Mas não é! As diferenças de opiniões não estariam tanto nos fins das ações do Bacen — inflação mínima e emprego máximo — mas sobre como, e quando, chegar a esses objetivos. Carl Walsh de-

monstrou alguns anos atrás que um governo de esquerda que atribui nas suas preferências pouco peso à inflação e muito peso ao desemprego, deveria nomear um presidente do BC conservador com preferências reversas. O controle de expectativas propiciado pelo gestor conservador gera os melhores resultados medidos pelas preferências da esquerda.

Lula, ao dispensar Armínio Fraga, dispensará a sua melhor oportunidade de gerar o que Aloisio Mercadante chamou de choque de credibilidade. Num momento de transição de governo e inflação em alta, não se deve tomar decisões irreversíveis. Está se jogando fora uma opção cujo valor aumentou com a própria incerteza. A informação de que experientes operadores de mercado financeiro estão recusando o posto mais alto do BC sinaliza algo. Governos devem rever posições se elas não parecem hoje as mais adequadas. Os operadores dos mercados financeiros, os principais interlocutores do BC, revêem o tempo todo suas posições, à luz de novos fatos. Por dever de ofício, eles não perdoam cabeças-duras.

O atual presidente do BC passa inclusive no quesito de estar preocupado com a fome, de ter o coração-mole. O interesse dele na agenda e práticas sociais é patente. O desenvolvimento da institucionalidade do microcrédito e a difusão de postos de atendimento bancário nos grotões brasileiros são ações concretas que testemunham a preocupação hu-

manista de Armínio Fraga.

Ao conferir credibilidade ao BC, Lula vai poder centrar esforços e criatividade no social que tem pressa, e o PT grande conhecimento de causa. Mesmo no combate à miséria, o governo pode se beneficiar diretamente da experiência do BC com metas. O sistema aqui desenvolvido goza hoje de reconhecimento internacional, apesar do surto inflacionário ora em curso. A idéia seria o país dispor de um sistema de metas sociais que tal como o de metas de inflação buscasse coordenar expectativas e ações dentro e fora do governo. O compromisso de metas sociais ao longo do tempo poderia inclusive impulsionar a boa vontade demonstrada pelas agências multilaterais (BID, Bird, PNUD etc) no financiamento de programas sociais no país. Hoje o social pode inclusive ajudar com dólares a nossa combatida conta de capital.

O que se precisa para a adoção de metas de redução de miséria? Em primeiro lugar, a adoção de uma vez por todas de uma linha oficial de miséria. Uma linha de miséria é subjetiva, normativa, não existe uma linha correta. Mas é importante arbitrar-se uma, para as pessoas comparem bananas com bananas. Que se adote uma linha oficial de miséria para traçar metas sociais. É preciso um número. Quando se fixou a meta inflacionária, se optou pelo IPCA como índice de inflação. Para uma meta de redução de miséria tem que haver um indicador específico, concreto. Como já ar-

gumentamos neste espaço, se o sistema de metas for bem desenhado, não importa qual é a linha de miséria adotada.

O importante é ter metas, objetivos palpáveis. Agora, que metas podem ser essas? Porque não começar com as Metas do Milênio? O Brasil é signatário das Metas do Milênio cujos indicadores já são gerados, monitorados e gozam da necessária credibilidade. Essa é uma meta do mundo que não muda ao sabor dos governos. Por exemplo, reduzir à metade até 2015 a proporção de pessoas que têm renda abaixo de um dólar/dia PPP. Uma meta externa de

Credibilidade é algo que só se constrói, ou não, com o tempo. A perda da reputação, esta sim, pode ser rápida

longo prazo orchestra melhor a ação entre a sociedade civil e sucessivos mandatos em vários níveis de governo.

Além disso, é preciso de um sistema de avaliação e monitoramento que viabilize a implantação do que chamo de crédito social, que busca condicionar o aspecto financeiro à performance social. Isso pode ser feito com os recursos hoje destinados ao projeto Alvorada, porque não está sujeito àquelas amarras orçamentárias constitucionais. O Alvorada é pós-Constituição e prioriza os

municípios com menores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU. As renovações de recursos, poderiam estar parcialmente vinculadas ao grau de avanço desses indicadores sociais. Se a estratégia for dar mais recursos para quem tem mais miseráveis ou menor IDH, há incentivos para elite dessas comunidades manterem um conjunto de miseráveis para garantir acesso a recursos no futuro.

A questão aqui não é compensar apenas os fracassos passados, mas premiar sucessos futuros. A única vantagem que o pobre tem em relação ao não-pobre é a capacidade de prosperar. Mas ele tem que prosperar! O objetivo anunciado a priori é premiar aqueles que dão maior retorno à sociedade, o maior retorno ao dinheiro público investido. A área social não pode ficar excluída do debate sobre eficácia de políticas mas para isso é preciso ter parâmetros e metas para avaliação de performance.

Em suma, ao convocar um pacto social com fome zero, metas sociais e credibilidade monetária colocadas sobre a mesa, Lula combateria junto com a falta de diálogo alguns conhecidos males tupiniquims como a inflação e a iniquidade.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.
E-mail: mcneri@fgv.br